



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

JULHO DE 2018

1

NEWSLETTER

Observatório das Migrações

Introdução # 30

O Observatório das Migrações ([OM](#)) assinala o [Dia Mundial das Competências dos Jovens](#), 15 de julho, dedicando esta *newsletter* ao tema dos **jovens descendentes de imigrantes**. Tendo em atenção as dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho e crendo que a educação e a formação são determinantes para o sucesso nesse contexto, a Organização das Nações Unidas ([ONU](#)) estabeleceu esta efeméride em 2014 ([A/RES/69/145](#)). Na sua primeira celebração, em 2015, [foi enfatizado](#) que o aperfeiçoamento das competências das jovens e dos jovens beneficia todos e contribui para a solução de muitos dos desafios enfrentados pela sociedade.

Nesta *newsletter* do OM apresenta-se uma breve síntese de como as ciências sociais têm assumido a conceitualização dos jovens *descendentes de imigrantes* e as questões-chave no estudo deste universo, destacando-se algumas referências bibliográficas internacionais e nacionais neste domínio. Centrando no caso português, apresenta-se ainda um breve enquadramento legal e institucional quanto ao desenvolvimento de políticas de integração de descendentes de imigrantes em Portugal.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos no sítio www.om.acm.gov.pt e na página do *Facebook* <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1. Olhares académicos sobre jovens descendentes de imigrantes

Expressões como “descendentes de imigrantes”, “filhos de imigrantes” ou “imigrantes de segunda geração” são diferentes aproximações a uma mesma noção que têm [coexistido na literatura ao longo do último século, sendo a última a mais recente e de uso menos comum](#). Os trabalhos de Portes são porventura os mais conhecidos nesta área (e.g., [Portes e Zhou, 1993](#), Portes, 1995). Contudo, alguns autores apontam problemas à designação “imigrantes de segunda geração”. Em primeiro lugar, as pessoas em causa não serão imigrantes mas sim naturais dos países de acolhimento dos pais ([Machado, 1994](#); [Wacquant, 1999](#); [Thomassen, 2010](#)). Em segundo lugar, essas pessoas não constituirão realmente uma geração, podendo duas pessoas de “segunda geração” ter uma diferença de idades de várias décadas ([Thomassen, 2010](#)). Em terceiro lugar, essa designação agrega pessoas que não partilham uma identidade ou sequer enfrentam os mesmos desafios ([Thomassen, 2010](#)). Em último lugar, mas não menos importante, a designação “segunda geração” subentenderá uma continuidade face aos progenitores que terá de ser objeto de estudo e não presumida como uma essência ([Machado, 1994](#); [Thomassen, 2010](#)). É ainda de referir que a própria definição de “imigrantes” em geral levanta também dificuldades, sobretudo no quadro das organizações internacionais que se veem face ao desafio de trabalhar com base em definições setoriais e nacionais não harmonizadas. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), em concreto, tendo constatado essa grande variabilidade, acabou por adotar “imigrantes e seus descendentes” como designação mais abrangente para todos os grupos que são alvo de políticas de integração ([FRA, 2017](#)).

Mas apesar de críticas como estas, o termo “imigrantes de segunda geração” permanece de uso comum e dá mesmo origem a derivações. Há autores que se referem a uma geração 1.5, que seria composta por pessoas nascidas no estrangeiro mas que acompanharam a migração das suas famílias quando ainda eram de tenra idade, ou mesmo a um geração 2.5, que seria composta por pessoas com um progenitor autóctone e outro imigrante, e assim sucessivamente (e.g., [Rumbaut, Massey e Bean, 2006](#)).

Em Portugal o sistema estatístico e o sistema administrativo apenas classificam as pessoas em função da sua própria nacionalidade (ou, em alguns casos, também a naturalidade). Resulta, assim, que os descendentes de imigrantes são de difícil quantificação devido à sua **invisibilidade estatística** (e.g., Reiter, 2005; [Vasconcelos, 2012](#)).

Neste domínio dos descendentes de imigrantes, uma das questões-chave é a da **identidade**. Na generalidade da literatura contemporânea sobre o tema, esta não surge como uma essência fixa mas sim como um processo dinâmico de triangulação entre o que estas pessoas retêm da sociedade de origem dos seus ascendentes, o que vão adquirindo da sociedade de acolhimento dos seus ascendentes, e o que assimilam das referências culturais globais a que têm acesso (e.g., [Contador, 1998](#); [Machado, 2006](#); [Ortiz, 2013](#)). No processo de derivar uma identidade com significado a primazia vai para a iniciativa (*agency*) das pessoas descendentes de imigrantes, que poderão ora proceder à mobilização contra-hegemónica de novas tecnologias para efeitos de expressão e distinção cultural, ora utilizar estrategicamente as referências culturais dos seus ascendentes na resistência à diluição da identidade pela globalização (e.g., [Albuquerque, 2000](#)).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

3

No que toca a esta componente subjetiva, a literatura fala amiúde de hibridização ou sincretismo, sendo enfatizado que o sentimento de pertença investido numa identidade não é automaticamente subtraído às demais. Quanto à **identificação com Portugal**, esta “varia sensivelmente com a origem de classe dos jovens e o seu estatuto social, e também com o local onde nasceram e a nacionalidade que possuem”, ou seja, é explicada sobretudo por fatores sociais e não por fatores culturais ([Machado, 2006](#); [Machado, 2007a](#)).

Este reconhecimento aos agentes da sua iniciativa permite introduzir uma outra questão chave que é a da **participação** (política, cívica, cultural, digital, etc.). No que toca às dimensões cívica e política da participação dos descendentes de imigrantes, estudos recentes mostram que embora determinados grupos possam percecionar mais barreiras à participação, porventura em função de discriminação experienciada, “índices elevados de capital cultural podem suplantar desvantagens étnicas”, ou seja, quanto maior o volume de capital cultural dos descendentes de imigrantes menor será a sua perceção de que enfrentarão barreiras à participação ([Ribeiro, Neves e Menezes, 2016](#)).

Paralelamente a estes exercícios relativamente autónomos de construção de sentido de si, operam processos de categorização encetados por outros atores sociais. Estes podem, em maior ou menor grau, reduzir as pessoas descendentes de imigrantes a uma alegada essência e conduzir à sua discriminação. Padilla e Ortiz, por exemplo, constataam a existência de um hiato comprometedor, ao nível da construção das identidades, entre os jovens autóctones e os jovens de origem imigrante. Este hiato será, segundo as autoras, devido sobretudo à componente externa do processo de construção identitária. Trata-se, em concreto, do papel da categorização dos jovens de origem imigrante levada a cabo por outros agentes ([Padilla e Ortiz, 2014](#)), ou como diz Gomes, referindo-se especificamente ao meio escolar, os jovens são confrontados com “uma identidade étnica contingente, imposta de fora, uma heteroclassificação de difícil resposta” ([Gomes, 2014](#)). Nesse sentido, importa recordar que para alguns autores a própria noção de “imigrante de segunda geração” é tendencialmente excludente (e.g., [Machado, 2006](#); [Thomassen, 2010](#)).

Atendendo a que o capital cultural é sobretudo herdado através das famílias, as posições destas relativamente umas às outras tendem a manter-se ao longo das gerações. Este processo, comumente designado por reprodução social, é problemático ao nível de sociedades que se alinham pelos valores da democracia da igualdade de oportunidades. A instituição com a maior responsabilidade na promoção de convergência ao nível deste recurso é **a escola**. As visões dos especialistas variam muito em relação ao que os descendentes de imigrantes experienciam e conseguem realizar em contexto escolar. Machado, por exemplo, parte da constatação da semelhança entre as realizações educativas dos filhos de imigrantes e dos autóctones ([2007a](#)); da grande diversidade de resultados entre filhos de imigrantes; e da forma como essa diversidade interna é explicada por desigualdades sociais, para concluir que a excessiva ênfase na cultura (no sentido de normas, crenças e valores comuns a um grupo) conduz a uma incompreensão dos fenómenos educativos ([Machado, Matias e Leal, 2005](#)). Cardoso, por sua vez, enfatiza precisamente o papel do desfasamento cultural como “promotor silencioso e silenciado do insucesso educativo entre estes jovens” e impedimento ao “reconhecimento e exercício dos direitos e deveres de cidadania” ([Cardoso, 2008](#)).

Mas mesmo uma vez controlado o efeito das desigualdades propriamente socioeconómicas (classe social e capital escolar das famílias) podem persistir algumas desigualdades de resultados entre autóctones e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

4

descendentes de imigrantes (e.g., taxas de acesso ao ensino superior e no encaminhamento dos filhos de imigrantes para vias profissionalizantes ao longo do ensino básico e secundário, [Seabra et al., 2016](#)). Outros fatores, como a **duração da presença na sociedade de acolhimento** ([Hortas, 2013](#)), a **marginalização sócio-territorial**, o **racismo institucional** ([Roldão et al., 2016](#)), “as baixas expectativas dos docentes” e o domínio da variante do idioma português valorizada em meio escolar ([Seabra et al., 2011](#)), têm sido também elencados como potencialmente diferenciadores. Contudo, apesar destes desafios, investigadores como Gomes não encontram indícios de rejeição ativa da norma dominante que, neste caso, será o sucesso escolar (i.e., “cultura oposicional”) mas apenas de um hiato entre as aspirações elevadas dos jovens descendentes de imigrantes e os resultados que efetivamente alcançam (i.e., “paradoxo atitude-realização”) ([2014](#)).

Ainda assim, e apesar de haver poucos trabalhos sobre a **inserção laboral** dos descendentes de imigrantes e esta ser uma área mal conhecida ([Cerdeira \[coord.\], 2013](#)), tais dificuldades não terão impedido uma mobilidade ocupacional ascendente face à geração dos pais ([Machado, 2007a](#)) e “pode dizer-se que eles encontraram estruturas de oportunidades suficientes para não reproduzirem em bloco, longe disso, a condição social dos pais, e isso é um bom indicador de integração” ([Machado, 2008b](#)). “Quanto à comparação com os jovens em geral, pode concluir-se que as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes, para condições sociais iguais, não são significativamente diferentes” ([Machado, 2008a](#)). Estes resultados mostraram-se robustos mesmo em face da recente crise, tendo Cerdeira e colaboradores concluído que são principalmente as posições estruturais das respetivas famílias, a ditar os seus padrões de inserção profissional. Ou seja, os “jovens imigrantes e descendentes de imigrantes parecem ser afetados por problemas e constrangimentos semelhantes aos de todos os outros jovens da mesma condição social.” ([Cerdeira et al., 2013](#)).

É de referir, contudo, que as conclusões destes estudos não serão necessariamente generalizáveis para todos os grupos de origem. Gaspar, por exemplo, refere que os descendentes de imigrantes chineses da chamada geração 1.5 têm “dificuldades de integração na sociedade portuguesa” e que estas “são sentidas, sobretudo, na aquisição da língua portuguesa, na partilha de valores e de comportamentos e, também, na inserção no mercado de trabalho não étnico” ([Gaspar, 2018](#)). Acresce que análises que circunscrevam o objeto “descendentes de imigrantes” em função da ascendência estrangeira das pessoas assim categorizadas perderão de vista não apenas a diversidade associada às diversas proveniências dos progenitores mas também a especificidade dos filhos de famílias “mistas” ([Gomes, 2014](#)).

Em síntese, os descendentes de imigrantes são um tema de estudo com uma história considerável nas ciências sociais. Ao longo dos anos tem havido debate quanto à delimitação conceptual e empírica desse tema e também quanto à escolha das designações a empregar para as categorias de pessoas delineadas nessa literatura. As questões que se têm colocado sobre as pessoas agrupadas para fins analíticos nessas categorias dizem respeito a assuntos como a construção das suas identidades, a sua participação na sociedade, a sua mobilidade social e ocupacional, o papel que a escola representa nesses processos de mobilidade, e as formas como a sociedade pode promover ou dificultar a sua integração.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

2. Enquadramento legal e institucional para jovens descendentes de imigrantes em Portugal

5

Em Portugal, mesmo antes de haver uma política geral de integração de imigrantes havia já medidas educativas de apoio aos descendentes de imigrantes. Desde a década de 1980 que o sistema educativo português tem vindo a ser confrontado com uma necessidade crescente de acolher e integrar a diversidade cultural e linguística no seu seio, acompanhando e respondendo ao próprio crescimento e diversificação dos fluxos migratórios para Portugal. Uma das primeiras peças legislativas foi o [Decreto-Lei n.º 35/88, de 4 de fevereiro](#), que identificava como escolas de intervenção prioritária “as que por se situarem em zonas de diferenciados estratos sociais ou diversificadas etnias, ou assim definidas em função de programas específicos, determinam a aplicação de medidas igualmente específicas”.

Em 1991 o Ministério da Educação criou o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural ([Despacho Normativo 63/91, de 13 de março](#)). Este organismo teve por objetivo, entre outros, assegurar a articulação e comunicação entre múltiplos projetos com crianças de diferentes origens presentes no sistema escolar português.

Em 1996, o [Decreto-Lei n.º 3-A/96, de 26 de janeiro](#), instituiu o **Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas** com a missão da integração dos imigrantes e seus descendentes.

Em 1997, a **revisão constitucional** ([Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de setembro](#)) veio assegurar “aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino”.

Já em 2001, a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro](#), criou o **Programa Escolhas** que, embora não estivesse orientado para a imigração tinha por objetivo o combate ao abandono escolar de jovens de bairros vulneráveis nos quais também se encontravam descendentes de imigrantes.

Em 2004 o Secretariado Entreculturas veio a ser integrado no então Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (ACIME, atual ACM). Os eixos de atuação subsequentes desta equipa, no seio do Alto Comissariado, centraram-se na formação em educação intercultural para professores e demais agentes socioeducativos e na produção, edição e divulgação de instrumentos e materiais pedagógicos na vertente da educação intercultural e diálogo intercultural e de formação.

Na renovação do Programa Escolhas pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril](#), ocorreram grandes transformações que aumentaram a sua relevância para o tema em apreço. São elas: assunção da sua coordenação pelo Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; a mudança de foco da prevenção da criminalidade para a promoção da inclusão; a passagem de programa centralista com um funcionamento de “cima para baixo” para um programa por projetos que emergem de “baixo para cima”; e, sobretudo, o surgir como prioridade o “desenvolvimento nas crianças e nos jovens, filhos ou familiares de imigrantes, de um sentido de pertença e filiação à sociedade de acolhimento para que estes, sem terem que abdicar do essencial da cultura e das tradições da sua família, se desenvolvam em igualdade de circunstâncias com qualquer criança ou jovem pertencente à comunidade portuguesa”.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Na renovação do Programa Escolhas pela [Resolução do Conselho de Ministros, n.º 80/2006, de 26 de junho](#), viria a ser acrescentada linguagem que orientava o programa em particular para os “descendentes de imigrantes e minorias étnicas”, bem como elevaria a inclusão escolar a primeira área estratégica, condição em que permaneceria nas sucessivas prioridades do programa até à atualidade, tendo o programa sido integrado formalmente na estrutura do então ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), atual ACM (Alto Comissariado para as Migrações), em meados da década passada.

Em 2006, a quarta alteração à Lei n.º 37/81 (com a [Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril](#)) e a aprovação do novo Regulamento da Nacionalidade Portuguesa ([Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro](#)) vieram introduzir disposições mais favoráveis aos descendentes de imigrantes e descendentes de emigrantes. Para os descendentes de imigrantes, a **atribuição** da nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento do filho (alínea a) do artigo 3.º) e a nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos, cinco anos (n.º 1 do artigo 10.º). Ao nível da **aquisição** da nacionalidade portuguesa, foi consagrado um direito subjetivo à naturalização por parte dos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se, no momento do pedido, um dos progenitores aqui residir legalmente há cinco anos ou se o menor aqui tiver concluído o primeiro ciclo do ensino básico (alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º) e reconhecida a possibilidade de aquisição da nacionalidade por naturalização dos cidadãos descendentes de imigrantes, maiores de idade, nascidos em Portugal, que tenham permanecido em Portugal nos últimos dez anos, mesmo que em situação irregular (n.º 1 do artigo 23.º). Estas alterações tiveram um substantivo impacto quantitativo que foi documentado num estudo sobre os primeiros dez anos da lei ([Oliveira, Gomes e Santos, 2017](#)).

Em 2007 o Alto Comissariado é reforçado enquanto instituto público e o ACIME passa a ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural). A lei orgânica do ACIDI, [Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio](#), lista entre as atribuições deste organismo a promoção da “inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, em particular os descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, assegurando a gestão do Programa Escolhas”.

Publicado no mesmo ano e transversal a toda a administração pública, o primeiro Plano para a Integração dos Imigrantes ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 de 3 de maio](#)) de 2007 inclui quinze medidas com referência explícita a descendentes de imigrantes, de entre as quais se poderão destacar:

- o reforço da integração escolar e combate ao insucesso e abandono escolar através do apoio à criação de projetos que procurem promover uma integração escolar mais efetiva de crianças e jovens descendentes (medida 78);
- o combate à exclusão social dos descendentes de imigrantes, mobilizando para esse efeito o Programa Escolhas (medida 80);
- o incentivar da participação cívica mediante a consolidação de um grupo de trabalho com jovens descendentes de imigrantes com perfis de liderança positiva, procurando a sua corresponsabilização na conceção e implementação de respostas específicas (medida 82);



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- o sensibilizar da opinião pública para a integração dos descendentes de imigrantes, divulgando casos de sucesso na área de integração social, bem como de trajetórias de sucesso de crianças e jovens descendentes de imigrantes (medida 83);
- o aprofundar do conhecimento científico sobre descendentes de imigrantes através do Observatório da Imigração (medida 84).

O segundo Plano para a Integração dos Imigrantes, aprovado em 2010 ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro](#)), definiu ainda os descendentes de imigrantes como uma das 17 áreas de intervenção nas quais se agrupam as 90 medidas. Nessa área encontram-se cinco medidas, mas há mais sete que fazem menção explícita a descendentes de imigrantes. Do conjunto de 12 medidas poder-se-ão destacar:

- o assegurar do acesso dos estudantes estrangeiros aos apoios da ação social escolar em todos os graus de ensino, garantindo ainda o acesso a bolsas de estudo a alunos estrangeiros, ou descendentes de imigrantes, que frequentem o ensino superior, com residência legal em Portugal há pelo menos cinco anos (medida 28);
- o divulgar de boas práticas no acolhimento, apoio e integração de estudantes descendentes de imigrantes (medida 30);
- o combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes, por via, *inter alia*, da consolidação de projetos locais desenvolvidos no âmbito do Programa Escolhas (medida 64);
- o combate à infoexclusão, assegurando a inclusão digital não só de descendentes de imigrantes, mas também a das suas famílias e comunidade, com ênfase para o papel a desempenhar pelos Centros de Inclusão Digital (medida 66);
- o apoio na conciliação da vida privada e profissional das famílias imigrantes, mediante o acesso às redes de creches e do pré-escolar (medida 68).

Em 2014 foi aprovada a nova orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. ([Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro](#)), a qual “deve aprofundar as políticas de integração dos imigrantes atuais e futuros e dos respetivos descendentes”. No que toca à matéria em apreço, é de destacar que se incluem nas atribuições do ACM a promoção e dinamização do acolhimento, integração, participação e formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes (alínea *b*) do n.º 2 do artigo 3.º), o desenvolvimento de programas e ações de inclusão e capacitação económica dos atuais imigrantes e seus descendentes (alínea *o*) do n.º 2 do artigo 3.º), e o desenvolvimento de programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e grupos étnicos (alínea *p*) do n.º 2 do artigo 3.º).

Em 2015, a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 março](#), aprovou o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), sucessor direto dos anteriores planos para a integração dos imigrantes ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 de 3 de maio](#) e [Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro](#)), cujas referências mais significativas no que respeita aos descendentes de imigrantes são o reconhecimento de que o “país precisa de (...) direcionar recursos para medidas de educação, formação e capacitação dos imigrantes e seus descendentes”, e o estabelecer como objetivo do Eixo II do programa, dito políticas de promoção da integração dos novos nacionais e que totaliza dez



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

medidas, “o reforço de medidas de promoção da integração e inclusão dos novos nacionais, nomeadamente dos descendentes de imigrantes”. Em termos de medidas concretas, poder-se-ão destacar:

- o “combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes” através da consolidação do Programa Escolhas (medida 51);
- a “promoção da atribuição de nacionalidade portuguesa, nomeadamente entre descendentes de imigrantes” (medida 55);
- o “apoio à criação de soluções de empreendedorismo económico e social pelos descendentes de imigrantes” através da promoção de um concurso anual de ideias para jovens (medida 56);
- a “capacitação dos descendentes de imigrantes para a participação cívica e política” por meio da criação de um programa anual de capacitação (medida 57);
- o “apoio à transição dos descendentes para o mercado de trabalho”, prevendo nesse sentido a implementação de “medidas de fomento da responsabilidade social das empresas, no sentido de acolher em estágio e ou emprego jovens descendentes qualificados” (medida 58).

A [Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro](#), que procede à mais recente renovação do Programa Escolhas (2016-2018) mantém esse foco, referindo que o “Programa Escolhas tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de migrantes e de grupos étnicos, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social”. É de assinalar que o tema de capa da [edição mais recente da revista Programa Escolhas](#) são precisamente os descendentes de imigrantes.

Já em 2016, pela [Deliberação n.º 1772/2016, de 17 de novembro](#), o Conselho Diretivo do ACM veio criar o Núcleo para o Diálogo Intercultural, do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade. Esta estrutura “assegura a promoção dos direitos e interesses dos imigrantes, seus descendentes e grupos étnicos, de modo a contribuir para a sua plena integração e inserção”, sendo os descendentes de imigrantes ainda referidos explicitamente a propósito de diversas funções.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

3. Referências bibliográficas, nacionais e internacionais, sobre descendentes de imigrantes

9

A bibliografia que se segue ilustra, sem pretensão de exaustividade, como os temas associados a imigração, jovens e descendentes têm sido analisados. Se conhecer outras referências relevantes, por favor não deixe de partilhá-las connosco através do email om@acm.gov.pt.

Artigos, capítulos de livros, comunicações e *working papers*

- [ALBUQUERQUE, R. \(2000\), "Political participation of Luso-African youth in Portugal", *Papers: Revista de Sociologia*, 60, pp. 167-182.](#)
- [CARVALHO, F. A. \(2008\), "Filhos de imigrantes Caboverdeanos em Portugal: a questão identitária", *Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 9, pp. 133-156.](#)
- [CONTADOR, A. C. \(1998\), "Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 26, pp. 57-83.](#)
- [GASPAR, S. \(2018\), "Percurso Migratório e Trajetórias de Vida de Descendentes de Imigrantes Chineses", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 87, pp. 109-127.](#)
- [HORTAS, M. J. \(2008\), "Territories of integration: the children of immigrants in the schools of the Metropolitan Area of Lisbon", *Intercultural Education*, 19\(5\), pp. 421-433.](#)
- [JUSTINO, D., et al. \(1998\), "Children of Immigrants. A Situation in Flux between Tension and Integration", in VICENTE, P. \(coord.\) *Metropolis International Workshop Proceedings, Lisbon, September 28-29, 1998*. Lisboa: FLAD, pp. 273-304.](#)
- [MACHADO, F. L. \(1994\), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2006\), "Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos", in MIRANDA, J. & JOÃO, M. I. \(eds.\), *Identidades nacionais em debate*. Oeiras: Celta, pp. 19-46.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2007a\), "Youngsters like any others? Integration processes and scenarios for the children of African immigrants in Portugal", in VITORINO, A. \(ed.\), *Immigration: Opportunity or Threat*, Estoril: Príncípiã, pp. 159-186.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2007b\), "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", in VITORINO, A. \(ed.\), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Estoril: Príncípiã, pp. 169-197.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2008a\), "Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetórias", *Migrações: Revista do Observatório da Imigração*, 2, pp. 121-158.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2008b\), "Processos de integração social e simbólica dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", in VIEIRA, R., MARGARIDO, C. E MENDES, M. \(orgs.\), *Diferenças, Desigualdades, Inclusões, Exclusões*. Porto: Afrontamento, pp. 43-60.](#)
- [MACHADO, F. L. \(2009\), "Quarenta anos de imigração africana – um balanço", *Ler História*, 56, pp. 135-165.](#)
- [MACHADO, F. L., e MATIAS, A. R. \(2006\), "Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica", CIES e-WORKING PAPER N° 13/2006.](#)
- [MACHADO, F. L., MATIAS, A. R., e LEAL, S. \(2005\), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, 40\(176\) pp. 695-714.](#)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

10

- [MARQUES, M. M., ROSA, M. J. V., e MARTINS, J. L. \(2007\), "School and diversity in a weak state: the Portuguese case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33\(7\), pp. 1145-1168.](#)
- [MATEUS, S., e SEABRA, T. \(2016\), *Políticas de Integração dos Descendentes de Imigrantes na Sociedade Portuguesa \(1976-2015\)*, comunicação apresentada ao IX Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia. Faro: Universidade do Algarve.](#)
- [MOOD, C., JONSSON, J. O., e LÅFTMAN, S. B. \(2016\), "Immigrant Integration and Youth Mental Health in Four European Countries", *European Sociological Review*, 32\(6\), pp. 716-729.](#)
- [NUNES, C., et al. \(2016\), "Quality of life of Portuguese and Spanish adolescents. A comparative study between natives and immigrants", *Ciência & Saúde Coletiva*, 21\(4\), pp. 1137-1144.](#)
- [ORTIZ, A. \(2013\) "Identidades, pertencas e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa", *Migrações: Revista do Observatório da Imigração*, 11, pp. 157-184.](#)
- [PADILLA, B., e ORTIZ, A. \(2014\), "Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: resultados dum projeto europeu", *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22\(42\), pp. 133-158.](#)
- [PORTES, A. \(1995\), "Children of immigrants: segmented assimilation and its determinants", in PORTES, A. \(ed.\), *The Economic Sociology of Migration*. New York: Russel Sage Foundation, pp. 248-280.](#)
- [PORTES, A., e ZHOU, M. \(1993\), "The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530\(1\), pp. 74-96.](#)
- [RIBEIRO, N., NEVES, T., e MENEZES, I. \(2016\), "Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses", *Análise Social, LI\(4.º\) \(n.º 221\)*, pp. 822-849.](#)
- [ROLDÃO, C., et al. \(2016\), *Afrodescendentes e Oportunidades de Acesso ao Ensino Superior*, comunicação apresentada ao IX Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia. Faro: Universidade do Algarve.](#)
- [SEABRA, T. e MATEUS, S. \(2010\), "Trajectórias Escolares, Propriedades Sociais e Origens Nacionais: descendentes de imigrantes no ensino básico português", *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol.XX, pp. 411-424.](#)
- [SEABRA, T., e MATEUS, S. \(2012\), "Trajectórias Escolares, Propriedades Sociais e Origens Nacionais: descendentes de imigrantes no ensino básico português", in DAYRELL, J., et al. \(orgs.\), *Família, Escola e Juventude: Olhares Cruzados Brasil-Portugal*. Minas Gerais: Editora UFMG.](#)
- [THOMASSEN, B. \(2010\), "'Second Generation Immigrants' or 'Italians with Immigrant Parents'? Italian and European Perspectives on Immigrants and their Children", *Bulletin of Italian Politics*, 2\(1\), pp. 21-44.](#)
- [VALA, J., e KHAN, S. \(1999\), "Traços negros \(aculturação e identidades dos jovens de origem africana\)", in PAIS, J. M. \(ed.\), *Traços e Riscos de Vida*. Porto: Âmbar, pp. 143-169.](#)
- [VASCONCELOS, J. \(2012\), "Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Redefinindo práticas, projetos e identidades", *Cadernos de Estudos Africanos*, 24, pp. 15-23.](#)

Livros, monografias e relatórios

- [AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA \(2017\), *Together in the EU - Promoting the Participation of Migrants and their Descendants*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.](#)
- [CERDEIRA, M. \(coord.\) \(2013\), *Percursos Laborais e de Vida dos Jovens Imigrantes e Descendentes de Imigrantes nos Novos Setores de Serviços*, Estudo 52 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, I.P.](#)
- [CONTADOR, A. C. \(2001\), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*. Oeiras: Celta.](#)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- [CRUL, M., SCHNEIDER, J., e LELIE, F. \(eds.\) \(2012\), *The European Second Generation Compared: Does the Integration Context Matter?* Amsterdão: Amsterdam University Press.](#)
- [CRUL, M., SCHNEIDER, J., e LELIE, F. \(2013\), *Super-diversity. A New Perspective on Integration*. Amsterdão: VU University Press.](#)
- [EUROSTAT \(2017\), *First and Second-generation Immigrants – a Statistical Overview*. Luxemburgo: Eurostat.](#)
- GRASSI, M. (2009), *Capital Social e Jovens Originários dos PALOP em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- [HEALY, C. \(2011\), *Cidadania Portuguesa: A nova Lei da Nacionalidade de 2006*, Estudo 45 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, I.P.](#)
- [HORTAS, M. J. \(2013\). *Educação e Imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa*, Estudo 50 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, I.P.](#)
- [MARQUES, M. M. \(coord.\) \(2005\), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola perante a Diversidade*, Estudo 16 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.](#)
- PORTES, A. (ed.) (1996), *The New Second Generation*. New York: Russell Sage Foundation.
- PORTES, A., e RUMBAUT, R., G. (2001), *Legacies: The Story of Immigrant Second Generation*. Berkeley: University of California Press.
- [POSSIDÓNIO, D. \(2006\), *Descendentes de Angolanos e de Luso-angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social*. Volume 7 da Coleção Teses do Observatório das Migrações. Lisboa: ACIME.](#)
- [ROSALES, M., DE JESUS, V. C., e PARRA, S. \(2009\), *Crescer fora de água? – Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*. Volume 37 da Coleção de Estudos do Observatório das Migrações. Lisboa: ACIDI.](#)
- RUMBAUT, R., e PORTES, A. (eds.) (2001), *Ethnicities. Children of Immigrants in America*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- SEABRA, T. (coord.) (2007), “Etnicidade, trajetórias escolares e orientações profissionais: jovens descendentes de imigrantes no finalizar da escolaridade obrigatória”. Lisboa: CIES-ISCTE.
- [SEABRA, T., et al. \(2011\), *Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*, Estudo 47 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, I.P.](#)
- [SEABRA, T., et al. \(2016\). *Caminhos escolares de jovens africanos \(PALOP\) que acedem ao ensino superior*, Estudo 57 do Observatório da Imigração. Lisboa: ACM.](#)
- SUDAN, D. (2002), *Construction Identitaire chez les Jeunes Afro-Portugais à Lisbonne*. De l'Autre Côté de la Cité. Paris: L'Harmattan.
- VALA, J., et al. (2003), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*. Oeiras: Celta.

Teses e dissertações

- [ALBUQUERQUE, R. \(2008\), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade: Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta \(tese de doutoramento\).](#)
- [CARDOSO, S. M. C. F. \(2008\), *O Dualismo Cultural: os Luso-caboverdianos entre a Escola a Família e a Comunidade \(estudo de caso\)*. Braga: Universidade do Minho \(tese de doutoramento\).](#)
- [DOMINGOS, C. A. A. \(2015\), *Cor e Educação e na Construção do Futuro dos Jovens de Origens Africanas em Portugal*. Lisboa: ISCTE \(dissertação de mestrado\).](#)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- FATI, D. L. (2017), *Trajectórias Familiares e Vivências Escolares: Projectos de Vida e Processos Identitários nos Descendentes de Imigrantes Guineenses na Escola Secundária de Odivelas*. Lisboa: ISCS (dissertação de mestrado).
- FORTE, J. C. R. P. (2017), *Jovens Imigrantes Africanos Moçambicanos em Portugal: Portugal, Sociedade de Acolhimento ou de Exclusão? Consequências*. Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado).
- GOMES, S. C. M. (2014), *Futuros Convergentes? Processos, Dinâmicas e Perfis de Construção das Orientações Escolares e Profissionais de Jovens Descendentes de Imigrantes em Portugal*. Lisboa: ISCTE (tese de doutoramento).
- GRAÇA, E. L. (2013), *Um Olhar Positivo sobre a Inserção de Jovens Imigrantes no Tecido Social e Escolar Português: o Caso dos Filhos da Segunda Geração de Imigrantes Cabo-verdianos*. Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado).
- LINARES, R. M. P. (2011), *Desempenho escolar de alunos de origem imigrante: os jovens da Europa de Leste, em duas escolas da região de Lisboa*. Lisboa: IGOT (dissertação de mestrado).
- MANUEL, H. I. B. (2017), *Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva: uma Intervenção de Enfermagem Comunitária com Jovens Descendentes de Imigrantes dos PALOP na Outurela/Portela*. Lisboa: Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (dissertação de mestrado).
- MARINHO, M. O. M. N. (2013), *Prática Desportiva, Bem-estar Subjetivo e Integração Social de Jovens Imigrantes em Portugal*. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (tese de doutoramento).
- PEREIRA, S. B. R. C. (2017), *Vidas que se Contam - Os Impactos da experiência EFA nas Trajetórias de Vida de Imigrantes e de Descendentes de Imigrantes*. Lisboa: ISCTE (tese de doutoramento).
- RIBEIRO, N. S. (2014), *Educação e Cidadania de Jovens Imigrantes: Constrangimentos e Possibilidades de Participação Cívica e Política*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (tese de doutoramento).
- SANTOS, M. D. M. (2014), *Usos e Consumos da Mídia por Jovens Imigrantes Brasileiros em Portugal: um Estudo Exploratório*. Lisboa: FCSH-UNL (tese de doutoramento).
- SEABRA, T. (2008), *Desempenho escolar, desigualdades sociais e etnicidade: os descendentes de imigrantes indianos e cabo-verdianos no ensino básico em Portugal*. Lisboa: ISCTE (tese de doutoramento).
- SILVA, D. F. S. (2016), *Trabalho Educativo com Jovens Descendentes de Imigrantes e de Minorias Étnicas: Competências Profissionais, Estratégias e Políticas de Capacitação*. Porto: Universidade do Porto (dissertação de mestrado).
- TORRES, J. C. M. (2014), *Violência e Representações Sociais de Género: Discursos de Jovens Imigrantes Cabo-verdianos*. Maia: ISMAI (dissertação de mestrado).
- VAZ, J. E. R. (2017), *Sucesso/Insucesso Escolar nos Jovens Imigrantes e Descendentes de imigrantes Caboverdianos no 3.º Ciclo do Ensino Básico no Vale da Amoreira. Um Estudo de Caso de Quatro Alunos*. Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado).
- ZHAO, N. (2017), *O Ensino PLNMM no Ensino Básico a Alunos Chineses Recém-chegados a Portugal: Um Estudo de Caso*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

4. O tema dos descendentes de imigrantes nas coleções do OM

13

Coleção Estudos



Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior, Teresa Seabra (coord.), Cristina Roldão, Sandra Mateus e Adriana Albuquerque, Estudo OM 56, julho de 2016: Este estudo parte do reconhecimento que se sabe pouco acerca dos percursos escolares dos descendentes africanos até chegarem ao ensino superior. Sendo esta uma realidade ‘emergente’ o objeto de pesquisa deste estudo é responder a algumas questões, nomeadamente: qual a estimativa e evolução do número desses estudantes no ensino superior? Que tipo de orientações escolares são seguidas no ensino superior, e que trajetos escolares passados (resultados e orientações escolares) estão a montante dessa entrada no ensino superior? Como se caracterizam as condições socioeconómicas desses jovens e como é que afetam o seu ingresso no ensino superior? Nos casos de maior vulnerabilidade socioeconómica, como são construídos e experienciados esses trajetos escolares? Consulte [aqui](#) este estudo.



Percursos Laborais e de Vida dos Jovens Imigrantes e Descendentes de Imigrantes nos Novos Setores de Serviços, Maria Cerdeira (coord.), Ilona Kovács, João Peixoto, João Dias e Catarina Egreja, ESTUDO OM 52, dezembro de 2013: Este estudo aborda os modos de inserção laboral dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes. Procurou-se analisar de que modo uma possível dupla penalização pode afetar os recursos e oportunidades de vida dos imigrantes e descendentes de imigrantes jovens. As conclusões do estudo evidenciam a maior exposição ao desemprego e às formas flexíveis e precárias de emprego dos imigrantes quando comparados com os nacionais, dos jovens quando comparados com os adultos, e dos jovens imigrantes quando comparados com os jovens de nacionalidade portuguesa. Contudo, a análise biográfica evidencia que não existem riscos e oportunidades com fronteiras rígidas entre as categorias de jovens analisadas (nacionais, descendentes e imigrantes). As diferenças ou desigualdades subjacentes aos diversos percursos atingem as três categorias de jovens. Ressalta que são sobretudo as posições estruturais ocupadas pelas famílias destes jovens, ligadas ao seu estatuto socioeconómico, que explicam os padrões de inserção profissional. Consulte [aqui](#) este estudo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa, Maria João Hortas, Estudo OM 50, dezembro de 2013: Este estudo aborda o papel fundamental que a escola desempenha enquanto território de integração social, centrando a sua análise nos alunos imigrantes ou descendentes de imigrantes de três escolas do ensino básico no Centro Histórico de Lisboa. Neste sentido, o trabalho da autora dá relevância ao papel desempenhado pelos vários atores que intervêm no processo de integração - os pais, os alunos, a escola e a administração central – e também aos eventuais obstáculos ou barreiras que podem interferir nesse processo. Os resultados permitem obter uma caracterização da imagem e expectativas que os alunos e as famílias imigrantes têm sobre o seu percurso na escola portuguesa e, por outro, as expectativas que as escolas desenvolvem face a esses alunos. Com base nestes dados, a autora elabora uma série de recomendações dirigidas aos imigrantes, às escolas e à administração central que visam complementar as mudanças ao nível da legislação, dos currículos e das orientações dos projetos educativos que, nos últimos anos, têm contribuído para melhorias significativas ao nível da integração dos alunos imigrantes. Consulte [aqui](#) este estudo.



Trajetos e projetos de jovens descendentes de imigrantes à saída da Escolaridade Básica, Teresa Seabra, Sandra Mateus, Elisabete Rodrigues e Magda Nico, Estudo OM 47, abril de 2011: Neste trabalho, a equipa analisa o efeito dos contextos escolares e familiares nas aspirações e expectativas escolares e profissionais de alunos descendentes de imigrantes. Com este objetivo em vista, as autoras recorreram a uma metodologia mista (inquérito por questionário e entrevista semidiretiva) aplicada a alunos do 9.º ano de escolaridade em dois estabelecimentos de ensino na Área Metropolitana de Lisboa. Os resultados obtidos foram agrupados em quatro eixos de análise (institucional, contextual, de práticas, consumos e identidades, e de representações e orientações) e revelam que fatores sociais como a origem de classe e a escolaridade dos pais dos alunos são variáveis explicativas por excelência para o fenómeno em estudo. Neste contexto, o domínio da língua portuguesa e as baixas expectativas dos docentes em relação aos alunos de origem africana emergem como preditores significativos do insucesso escolar entre esta população. Consulte [aqui](#) este estudo.



Crescer fora de água? Expressividades, Posicionamentos e Negociações Identitárias de Jovens de Origem Africana na Região Metropolitana de Lisboa, Marta Vilar Rosales, Vanessa Cantinho de Jesus e Susana Parra, Estudo OM 37, novembro de 2009: Este trabalho teve como principal objetivo contribuir para o conhecimento dos processos de integração e (re)negociação identitárias de jovens descendentes de



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

15

migrantes originários dos PALOP a partir de uma perspetiva que elegeu como objeto de análise um conjunto de práticas expressivas que contemplam a produção e o consumo/apropriação de produtos culturais determinados. A generalidade dos jovens encontrou modalidades originais de apropriação de objetos da cultura de massas contemporânea, integrando-os nos seus usos quotidianos e conjugando-os com um outro conjunto de objetos mais restrito e que remete para as suas origens culturais específicas. No entanto, a etnicidade e a condição de “migrante de segunda geração” concorrem e intersectam-se com dimensões como os capitais económicos, sociais e culturais, etc. que muitas vezes se encontram ausentes de discursos que tendem a enfatizar a dimensão étnica. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Jovens, Migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento. A escola perante a diversidade, Maria Margarida Marques (coordenação) e Joana Lopes Martins com colaboração de José Gabriel Pereira Bastos e Isabel Barreiros, Estudo OM 16, novembro de 2005: Este trabalho desenvolve um enquadramento das orientações e medidas institucionais no campo educativo e das "performances" escolares de jovens de origem imigrante, procedendo em seguida a uma análise preliminar das trajetórias e atitudes escolares e das práticas, acessibilidades e familiaridade associadas a algumas dimensões da problemática da sociedade da informação e do conhecimento, com base num inquérito aplicado a jovens inseridos em escolas do Concelho de Oeiras com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos. Consulte [aqui](#) este estudo.

Coleção Teses



Vários percursos diversas identificações: Descendentes de migrantes cabo-verdianos no bairro do Talude – Unhos, Sandra Barros Delgado, Tese OM 42, dezembro de 2013: Nesta dissertação de mestrado, a autora teve como objetivo central analisar os processos de integração dos/das descendentes de imigrantes cabo-verdianos/cabo-verdianas residentes no bairro do Talude, Freguesia de Unhos, no Concelho de Loures. Veio a concluir que existem vários fatores que contribuem para a identificação dos/as descendentes de migrantes (não existindo aparentemente fatores que predominem) e que as imagens que possuem de si e da sociedade portuguesa em geral são diversas. Consulte [aqui](#) este estudo.





www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

16

Associativismo, capital social e mobilidade Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal, Rosana Albuquerque, Tese OM 41, dezembro de 2013: Nesta tese de doutoramento, a autora procurou identificar catalisadores da participação cívica e compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos sujeitos participantes na pesquisa, especificamente no que respeita a trajetórias de mobilidade social. A análise das trajetórias conduziu à elaboração de um sistema de catalisação da participação, que sublinha a influência recíproca entre fatores estruturais e individuais. Confirma-se o desse modo o papel do associativismo como fonte de capital social e de capital cultural e que a articulação de ambos favorece trajetórias de mobilidade social ascendente. Evidencia-se ainda que o associativismo promove a socialização para a cidadania. Consulte [aqui](#) este estudo.



Intimidade em adolescentes de diferentes grupos étnicos, Maria Conceição Pinto, Tese OM 25, outubro de 2009: Nesta tese de doutoramento, a autora adaptou à população portuguesa a Escala da Intimidade nas Relações de Amizade (Intimate Friendship Scale – IFS, Sharabany, 1994). Tendo comparado jovens angolanos, cabo-verdianos, guineenses, indianos, moçambicanos, portugueses e são-tomenses, conclui que as diferenças culturais influenciam as atitudes em relação ao amor, sendo que os “indianos constituem o grupo que revela ter maiores diferenças em relação a todos os grupos (excepto com os adolescentes são-tomenses)”. Consulte [aqui](#) este estudo.



A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a diferenciação do Percurso Escolar – Jovens de Origem Cabo-verdiana versus Jovens de Origem hindu-indiana, Sónia Pires, Tese OM 23, agosto de 2009: Nesta dissertação de mestrado, Sónia Pires procura identificar os principais fatores que levam jovens imigrantes e filhos de imigrantes, oriundos de famílias com baixo capital humano e a residirem em bairros degradados, a singrar no ensino superior. Para tal, recorre a uma abordagem comparativa de estudantes com origem cabo-verdiana e de estudantes hindus de origem indiana, optando por uma metodologia eminentemente qualitativa alicerçada em entrevistas semidiretivas. Através da análise dos resultados, a autora explora um conjunto de fatores que inclui o capital económico e cultural dos pais dos entrevistados, a integração no meio envolvente local, as relações sociais primárias, o tipo de escola frequentada, e o próprio capital humano dos entrevistados. A combinação dos diversos fatores em análise permite avançar uma primeira tipologia de integração diferenciada, remetendo, em última análise, para o contexto da incorporação destas comunidades na sociedade portuguesa. Consulte [aqui](#) este estudo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Percurso Escolar de Descendentes de Imigrantes de Origem Cabo-verdiana em Lisboa e Roterdão, Elsa Casimiro, Tese OM 20, dezembro de 2008: O trabalho aqui apresentado por Elsa Casimiro, no âmbito da sua Tese de Doutoramento, promove uma caracterização do percurso de estudantes cabo-verdianos em Lisboa e em Roterdão no que respeita a diversas variáveis: a sua inserção no país de acolhimento, os meios de combate ao absentismo e insucesso escolar, as diferenças do sistema de ensino nos dois países, os apoios e as saídas profissionais. A autora realizou inquéritos por questionário e entrevistas a alunos do Colégio Pina Manique, em Lisboa, e da Nieuw-Rotterdam School, em Roterdão, obtendo um conjunto de dados que permitem caracterizar estas populações em duas dimensões distintas: os elementos que os imigrantes transportam desde a origem e difundem nas cidades de acolhimento, por um lado, e, por outro, o percurso dos estudantes baseado nos resultados académicos, nas razões que justificam as diferenças entre as duas cidades e na eventual estagnação ou ascensão social em relação aos seus progenitores. Consulte [aqui](#) este estudo.



A escola e a escolarização em Portugal. Representações dos Imigrantes da Europa de Leste, António Sota Martins, Tese OM 15, dezembro de 2008: Nesta dissertação de mestrado o autor procurou apurar quais as representações que os imigrantes da Europa de leste têm da escola portuguesa e dos processos de escolarização que os seus filhos aí desenvolvem. Para tal vai basear-se em dados recolhidos através de um questionário a alunos filhos de imigrantes da Europa de Leste e através de entrevistas realizadas a imigrantes dessa proveniência que têm filhos a frequentar as escolas portuguesas. Conclui ser notória a importância que os pais dão a que os filhos terminem os seus cursos em Portugal e desse modo tenham a segurança de ver as suas qualificações reconhecidas em qualquer país da União Europeia, o que não acontece com os seus próprios diplomas. Relativamente à sua própria integração em Portugal, os pais sublinham também as dificuldades levantadas pelo domínio da língua. Correlativamente, imbuem de grande importância a aquisição da capacidade de expressão correta em português por parte dos seus filhos. Consulte [aqui](#) este estudo.



Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção geográfica e social, Dora Possidónio, Teses OM 7, maio de 2006: Nesta dissertação de mestrado, a autora desenvolve uma análise dos processos de inserção social de descendentes de angolanos e de luso-angolanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, focando a dimensão residencial, escolar, profissional e cultural. Conclui



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

que, apesar de exceções pontuais associadas a posicionamento socioeconómico superior, existem efetivamente problemas de inserção. Consulte [aqui](#) este estudo.

18

Artigos da Revista Migrações



“Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos”, Fernando Luís Machado, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, abril 2008, pp. 121-158: Neste artigo, o autor analisa as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes africanos em Portugal, concluindo que essas situações e percursos são diversificados e estão longe de reproduzir mecanicamente a condição mais comum entre os seus pais e mães, respetivamente, o trabalho na construção civil e nos serviços pouco qualificados. Quanto à comparação com os jovens em geral, pode concluir-se que as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes, para condições sociais iguais, não são significativamente diferentes. Consulte [aqui](#) este artigo.



“Mobilização religiosa e participação cívica: novas perspectivas sobre a cidadania entre descendentes de imigrantes”, Susana Pereira Bastos, *Revista Migrações*, n.º 4, abril 2009, pp. 59-80: Neste artigo, a autora parte da constatação de que as identificações religiosas podem fornecer aos descendentes de imigrantes um certo grau de convicção e procura mostrar como determinados investimentos cívicos, conduzidos por identificações cristãs e muçulmanas, parecem estimular novas formas de conceber a cidadania e a pertença. Consulte [aqui](#) este artigo.



“Participação cívica e trajectórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal”, Rosana Albuquerque, *Revista Migrações*, n.º 6, abril 2010, pp. 103-117: Neste artigo, a autora desenvolve, a partir da recolha de dez histórias de vida, um olhar retrospectivo sobre as trajetórias de jovens adultos com funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. Procurou assim identificar os fatores que potenciam a participação associativa e, por outro lado, analisar o papel do associativismo na aquisição de capital social e no impulso de trajetórias de mobilidade social. Consulte [aqui](#) este artigo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



“Identidades, pertenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa”, Alejandra Ortiz, Revista Migrações, n.º 11, setembro 2013, pp. 157-184: Neste artigo, baseado numa investigação etnográfica e quantitativa, a autora descreve os processos identitários dos jovens descendentes de imigrantes africanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Descreve-os como vivendo numa intersecção de pertenças, num continuum de negociações e resistências entre não apenas a cultura africana e a cultura portuguesa, mas também elementos sociais, culturais e geracionais. Consulte [aqui](#) este artigo.

Capítulos na Coleção Comunidades



“Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal”, Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos, in Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana, Pedro Góis (org.), Coleção Comunidades 2, dezembro de 2008: Neste artigo, o autor analisa o envolvimento dos filhos de cabo-verdianos em Portugal na cultura do hip-hop e na prática do batuque. Conclui que a primeira “dá voz a um conjunto de discursos identitários de auto-afirmação pessoal e de grupo num quadro de reivindicação em busca de uma “cidadania plena”, onde tenta-se fugir à discriminação e exclusão a que são, muitas vezes, confinados os descendentes de imigrantes”. Consulte [aqui](#) este artigo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

5. Novidades bibliográficas #30

20

Publicações de organizações internacionais



Relatório OCDE: “International Migration Outlook 2018”

Foi publicado em junho de 2018 o relatório Migration Outlook OCDE 2018. A edição de 2018 do *International Migration Outlook* analisa os recentes desenvolvimentos nos movimentos e políticas migratórias nos países da OCDE e em alguns países terceiros, e analisa a evolução dos resultados do mercado de trabalho dos imigrantes nos países da OCDE, com foco na qualidade do trabalho dos migrantes e nos setores e profissões nas quais se encontram integrados. Inclui dois capítulos especiais sobre o contributo dos fluxos recentes de refugiados para a população ativa e sobre o emprego de trabalhadores estrangeiros em situação irregular. Inclui ainda notas de países e um anexo estatístico. No que respeita a Portugal, o relatório destaca o aumento da população estrangeira residente em 2016, primeiro aumento do stock da população residente desde 2009, com destaque para o aumento da entrada de cidadãos europeus (mais de 40% em dois anos), em parte devido ao estatuto de residente não habitual; o aumento do número de Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (ARI); o acolhimento de refugiados no âmbito da Agenda Europeia da Migração; a estabilização da emigração desde 2013, a promoção de iniciativas de atratividade de Portugal, para estrangeiros e para o regresso de emigrantes; o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020”, o novo programa para empreendedores “Startup Visa”, para nacionais de países terceiros, lançado em janeiro de 2018; [os resultados de 10 anos de implementação da mudança legislativa da Lei da Nacionalidade, de 2006](#), e respetivas alterações à lei (de 2007 e 2017); bem como a nova Lei Contra a Discriminação Racial, incluindo as alterações da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), de 2017. O relatório pode ser consultado [aqui](#). Estes e outros dados podem ser consultados no Relatório Estatístico Anual 2017 Indicadores de Integração de Imigrantes (de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes) da Coleção Imigração em Números do OM, disponível [aqui](#).



Briefing paper: “The integration of migrants from outside the EU”

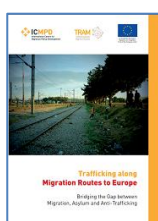
O Europeu European Court of Auditors (Tribunal de Contas Europeu) publicou em maio de 2018 o *briefing paper* “A Integração de migrantes provenientes de fora da UE”, da responsabilidade de Iliana Ivanova, Membro do Tribunal de Contas. O documento assinala os desafios que se colocam à integração de migrantes de fora da União Europeia na sociedade, referindo a necessidade de medidas adicionais da UE.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

21

Os desafios são apresentados num novo documento informativo sobre a ação da UE para apoiar a integração dos que residem legalmente na União, mas sem cidadania da UE, tais como pessoas que migram para efeitos de emprego, reagrupamento familiar ou investigação, bem como requerentes de asilo e refugiados. O documento não abrange pessoas que residem ilegalmente na UE. De acordo com a responsável pelo documento, Iliana Ivanov, "*O impacto a longo prazo da afluência recente de migrantes dependerá da sua integração na sociedade europeia. Assinalámos sete desafios que se colocam à sua integração a que os Estados-Membros e a UE devem dar resposta.*" Este *briefing paper* encontra-se disponível [aqui](#).



"Trafficking along Migration Routes to Europe: Bridging the Gap between Migration, Asylum and Anti-Trafficking"

No âmbito do projeto "Trafficking along Migration Routes (TRAM): Identification and Integration of Victims of Trafficking among Vulnerable Groups and Unaccompanied Children", encontra-se disponível *online* a publicação "Trafficking along Migration Routes to Europe: Bridging the Gap between Migration, Asylum and Anti-Trafficking" (2018), organizada por Roberto Forin e Claire Healy, do *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD). A publicação apresenta a avaliação do projeto TRAM, analisando a incidência do tráfico de seres humanos e os fatores de risco no contexto da rota dos Balcãs e nos países de destino, bem como as lacunas, necessidades, desafios e boas práticas na identificação, encaminhamento, proteção e a reabilitação de vítimas de tráfico de migrantes que usam esta rota, integrando ainda um *briefing paper*, com os principais resultados do estudo. A publicação encontra-se disponível [aqui](#).



Migration-Demography Database: A monitoring system of the demographic impact of migration and mobility

Encontram-se disponíveis online os resultados finais do projeto "Migration-Demography Database: A monitoring system of the demographic impact of migration and mobility", iniciativa conjunta da OCDE e da União Europeia. O projeto centrou-se no estudo do contributo da migração para a dinâmica da população ativa nos países selecionados da UE e outros países da OCDE. Após avaliar o papel das migrações nos últimos cinco a 10 anos em relação ao nível educacional e às profissões da população ativa, este projeto analisou a contribuição potencial da migração para a força de trabalho numa série de cenários alternativos até 2030. Neste âmbito, foi desenvolvida uma ferramenta web inovadora para avaliar o efeito de vários



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

cenários das migrações relativamente ao nível de competências, ao género e ao nível educacional da população ativa. Toda a informação sobre o projeto disponível [aqui](#).

22

Livros



“Qualitative Research in European Migration Studies”

A *International Migration, Integration and Social Cohesion* (IMISCOE) publicou, em 2018, o livro *Qualitative Research in European Migration Studies*, organizado por Ricard Zapata-Barrero e Evren Yalaz, do *Political and Social Sciences Department*, da *University of Pompeu Fabra – GRITIM-UPF Barcelona-Catalonia* (Espanha). De acordo com os autores, a publicação pretende sensibilizar académicos e estudantes da área das ciências sociais, em particular da área das migrações, para as ferramentas e abordagens da investigação qualitativa, bem como contribuir para o debate metodológico e epistemológico em torno desta temática, visando, também, constituir uma ferramenta útil para os formuladores de política e para a rede de atores e profissionais ligados à temática das migrações. A publicação encontra-se estruturada em quatro partes:

- Part I (Theoretical and epistemological issues, Chaps. 4, 5, and 6);
- Part II (Building a qualitative research design;
- Part III (Qualitative techniques and data analysis;
- Part IV (Significant requirements before embarking.

Esta publicação encontra-se disponível [aqui](#).



“Inclusion and Exclusion in Europe: Migration, Work and Employment Perspectives”

O livro “*Inclusion and Exclusion in Europe: Migration, Work and Employment Perspectives*”, organizado por Olena Fedjuk e Paul Stewart, publicado pela ECPR Press, em abril de 2018, visa ir para além da perspetiva que situa a exclusão e inclusão dos migrantes nos processos migratórios, procurando contextualizar a migração nas maiores transformações dos mercados de trabalho locais, nacionais e transnacionais, e nas relações que apontam para os processos atuais de precarização da vida profissional. Olhando para estes processos de inclusão através da exclusão a nível macro, micro e médio, procura não apenas contextualizar as experiências individuais etnograficamente documentadas de trabalhadores imigrantes no quadro macro do regime laboral e migratório atualizado, mas sim, buscar traços de novas formas de respostas coletivas e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

contestações emergentes nesses contextos reconfiguráveis. Mais informações sobre esta publicação disponíveis [aqui](#).

23

Números especiais de revistas científicas



"Globalisation, Societies and Education"

A revista *Globalisation Societies and Education*, da editora Taylor & Francis (Routledge), publicou, em maio de 2018, um número especial (volume 16) sobre a imigração de estudantes internacionais e as políticas de mobilidade, organizado por Yvonne Riaño, Parvati Raghuram. Entre os vários artigos deste número, destaque para o artigo científico "[Portuguese policies fostering international student mobility: a colonial legacy or a new strategy?](#)", das investigadoras Thais França, Elisa Alves e Beatriz Padilla. O artigo aborda as políticas de mobilidade internacional de estudantes para Portugal, a partir do espaço lusófono, analisando os casos de Angola, Cabo Verde e Brasil. De acordo com as autoras, as estratégias portuguesas para atrair estudantes internacionais respondem a diferentes demandas e interesses integrados em suas afiliações geopolíticas. Por um lado, respondem à pressão da Comissão Europeia para aumentar o nível de internacionalização do Ensino Superior no Espaço Europeu. Por outro lado, inscrevem-se na pretensão de Portugal continuar a sua influência sobre as antigas colónias. O estudo baseou-se na análise dos dados estatísticos disponíveis e documentos de política sobre estudantes angolanos, cabo-verdianos e brasileiros em Portugal, recorrendo a *insights* de referenciais teóricos pós-coloniais. Os resultados sugerem que as políticas portuguesas de mobilidade internacional de estudantes, ainda que descontínuas ao longo do tempo, ainda visam manter um papel de liderança entre os países de língua portuguesa, por meio de práticas enraizadas nas lógicas neocoloniais. No entanto, a adesão de Portugal à União Europeia impulsiona a necessidade de se adaptar a forças políticas mais amplas através de estratégias contextuais e de oportunidade. Este número da revista encontra-se disponível [aqui](#).



"Direito à cidade: segregação e lutas pela cidadania"

O Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, em Brasília, publicou, em maio de 2018, o nº 52 da sua Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU), que integra um dossier dedicado ao tema "Direito à cidade: segregação e lutas pela cidadania". Neste volume da revista, vários autores analisam as múltiplas dimensões e desafios da integração de migrantes e de refugiados na cidade, abordando, desde, a questão dos direitos, à luta pela cidadania, passando pela questão das políticas públicas, pelos fatores e atores



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

sociais envolvidos, pela gestão da diversidade cultural, e pela ação dos próprios migrantes e refugiados no processo de integração na cidade. O nº 52 da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana encontra-se em livre acesso [neste endereço](#).

24

Artigos científicos

When you welcome students without borders, you need a mentality without borders' internationalisation of higher education: evidence from Portugal

No artigo "When you welcome students without borders, you need a mentality without borders' internationalisation of higher education: evidence from Portugal", publicado na revista "Studies in Higher Education", em 2018, as autoras Cosmin I. Nada e Helena C. Araújo abordam a internacionalização do ensino superior enquanto tema relevante recente em Portugal. De acordo com as autoras, em linha com o aumento mundial dos estudantes internacionais, também as universidades portuguesas estão a receber um fluxo crescente de estudantes estrangeiros em busca da obtenção de um diploma de ensino superior, pelo que o seu estudo se propôs compreender como as universidades portuguesas lidam com o aumento da diversidade dos seus estudantes. Este artigo encontra-se disponível [aqui](#).

What motivates international homebuyers? Investor to lifestyle 'migrants' in a tourist city

No artigo "What motivates international homebuyers? Investor to lifestyle 'migrants' in a tourist city", publicado em maio de 2018, na revista *Tourism Geographies*, os autores, Joaquim Montezuma e Jennifer McGarrigle centram-se no estudo do turismo urbano e no mercado imobiliário internacional que está a transformar a cidade de Lisboa. De acordo com os autores, os programas de imigração dos investidores e a política fiscal cumpriram o seu objetivo de atrair imigrantes de países terceiros e intra-UE ricos para investir em habitação na cidade. Até o momento, há uma escassez de análises empíricas e teóricas que expliquem as motivações e aspirações dos investidores internacionais residentes no exterior. Situado na interseção da literatura sobre investimentos e estilo de vida da migração, e com base em 20 entrevistas detalhadas com especialistas em mediação na economia de elite, foi objetivo do estudo entender as motivações do comprador e a atração atual da cidade. O artigo apresenta resultados na forma de uma tipologia de novos proprietários urbanos transnacionais que revelam formas complexas de mobilidade que se cruzam na cidade. Os resultados revelam a importância contínua, direta e indireta, das motivações do estilo de vida relacionadas com a qualidade de vida, a cultura, o conforto e o clima. No entanto, as motivações económicas são as mais significativas, mesmo que diversas, entre as tipologias de investidores residenciais, com algumas procurando um refúgio seguro e outras *geoarbitrage* ou otimização de rendimento. Os resultados sugerem ainda que o sucesso de incentivos governamentais (programas de investidores imigrantes ou isenções fiscais) para atrair compradores de segunda habitação estrangeiros depende das perspetivas de crescimento económico da cidade, da legislação do arrendamento e da perceção de atratividade da cidade / região para os turistas. Este artigo encontra-se disponível em acesso livre [aqui](#).

Portuguese policies fostering international student mobility: a colonial legacy or a new strategy?

No artigo "Portuguese policies fostering international student mobility: a colonial legacy or a new strategy?", publicado no volume 16 da revista *Globalisation, Societies and Education*, em 2018, as autoras, Thais França, Elisa Alves e Beatriz Padilla, exploram as políticas de mobilidade internacional de estudantes para Portugal a partir do espaço lusófono, analisando os casos de Angola, Cabo Verde e Brasil. De acordo



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

com as autoras, as estratégias portuguesas para atrair estudantes internacionais respondem a diferentes demandas e interesses integrados em suas afiliações geopolíticas. Por um lado, respondem à pressão da Comissão Europeia para aumentar o nível de internacionalização do Ensino Superior no Espaço Europeu. Por outro lado, inscrevem-se na pretensão de Portugal continuar a sua influência sobre as antigas colónias. O estudo baseou-se na análise dos dados estatísticos disponíveis e documentos de política sobre estudantes angolanos, cabo-verdianos e brasileiros em Portugal, recorrendo a *insights* de referenciais teóricos pós-coloniais. Os resultados sugerem que as políticas portuguesas de mobilidade internacional de estudantes, ainda que descontínuas ao longo do tempo, ainda visam manter um papel de liderança entre os países de língua portuguesa, por meio de práticas enraizadas nas lógicas neocoloniais. No entanto, a adesão de Portugal à União Europeia impulsiona a necessidade de se adaptar a forças políticas mais amplas através de estratégias contextuais e de oportunidade. Mais informações sobre este artigo podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6. Oportunidades para investigadores #30

26



Call Revista Migrações, Volume Temático “Afrodescendentes em Portugal”

O Observatório das Migrações tem aberto até ao **dia 18 de julho de 2018** o período para **apresentação de textos originais** (artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros) **para o volume temático acerca de "Afrodescendentes em Portugal"** da Revista Migrações, para assinalar a Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2014. Os interessados devem propor textos originais sobre um dos seguintes subtemas ou dimensões de estudo:

- Afrodescendentes: conceitos, categorias e dimensões analíticas
- Afrodescendentes na História
- Afrodescendentes em Portugal e o estado da arte: o que sabemos e o que desconhecemos?
- Desafios com categorias raciais e étnicas e dilemas estatísticos?
- Afrodescendentes e integração escolar
- Afrodescendentes e integração no mercado de trabalho
- Afrodescendentes, habitação e condições de vida
- Afrodescendentes e saúde
- Afrodescendentes, direitos políticos e integração política
- Afrodescendentes no quadro jurídico e dos direitos humanos
- Afrodescendentes, nacionalidade e cidadania
- Afrodescendentes, associativismo, ativismo e o papel da sociedade civil
- Afrodescendentes, criminalidade e justiça
- Afrodescendentes, racismo e discriminação de base racial e étnica
- Afrodescendentes e as questões de género
- Afrodescendentes nos media e perceções sociais

O edital deste call encontra-se disponível [aqui](#).



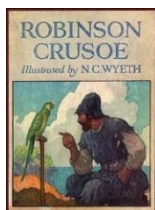
Candidaturas “Edição de Teses de Mestrado e Doutoramento (Coleção Teses OM)”: No âmbito da edição de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento da coleção TESES do OM, encontra-se disponível *online* o [edital](#) em vigor para 2018. As obras candidatas deverão enquadrar-se entre várias áreas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

temáticas prioritárias, constando no edital deste ano o tema Descendentes de Imigrantes. Mais informações disponíveis [aqui](#).

27



Chamada para comunicações: Congresso “O(s) Universo(s) do Refugiado: Repensar a Migração Forçada”:

No âmbito do Congresso “O(s) Universo(s) do Refugiado: Repensar a Migração Forçada”, iniciativa do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS) - NOVA-FCSH e da Biblioteca Nacional de Portugal, a ter lugar nos dias 14 e 15 de outubro de 2019, com vista a assinalar o tricentenário da publicação de Robinson Crusoe (1719), o famoso romance de Daniel Defoe (1660-1731), encontra-se aberto até ao 15 de abril de 2019, um período para apresentação de propostas para comunicações nas seguintes áreas temáticas:

- Co-existência democrática, comunidades (imaginadas), cidadania, migração forçada e campos de refugiados.
- Materialidades da migração forçada (o telemóvel trazido, o colete e o cobertor recebidos e o barco, entre outros pertences e ‘modos’ de viajar).
- Migração forçada, diáspora e religião.
- Migração forçada, cultura visual e o museu (criação artística e curadoria).
- Sentimento de pertença, fronteiras, transnacionalismo, isolamento, nacionalismo(s), não-lugares e migração forçada.
- Migração forçada, violência, emotividade e os cinco sentidos.
- A(s) economia(s) e a geopolítica das guerras.
- Migração forçada e os interesses locais, regionais, nacionais e globais.
- Fuga, sobrevivência, naufrágio, recusa de apoio e morte.
- Migração forçada, populismo e auto/hetero-estereótipos.
- Migração forçada, (tecnologias de) desalojamento/deslocalização e escrita/arte de viagens.
- Tráfico de seres humanos e escravagismo.
- Refugiados/exilados e género (gender).
- O estatuto (i)legal de refugiados em diferentes países.
- Migração e contemporaneidade.
- A crise dos refugiados como desastre humanitário.
- Representações artísticas da experiência e do(s) universo(s) dos refugiados.
- O exílio/refugiado na história de Portugal e mundial.
- Tradução, diálogo intercultural e refugiados.
- Jornalismo e refugiados/exilados. A cobertura jornalística e os casos mediáticos e não tão mediáticos.
- Migração forçada, asilo, deportação, direitos humanos e deveres.
- Guerra, perseguição política, religiosa e social e refugiados.
- Refugiados, educação/formação, mercado de trabalho, Economia e integração/inclusão social.
- Robinson Crusoe, Sexta-feira e outros refugiados/exilados literários: representações ficcionais da



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

migração forçada (por 'forças' humanas ou da Natureza).

- Migração e paisagens naturais, human(izad)as, tecnológicas, culturais.
- Testemunhos de refugiados/exilados. Narrativas/memórias de guerra, trauma, viagem-travessia, chegada, nutrição 'humanitária', acolhimento-inserção social, expulsão, perda, morte.

Os interessados deverão consultar os respetivos requisitos [aqui](#), podendo solicitar mais informações através [deste email](#). Mais informações disponíveis [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

7. Agenda:

29



Candidaturas: Pós-Graduação em Direito das Migrações

Encontra-se aberto o período de candidaturas à Pós Graduação em Direito das Migrações, da Universidade Autónoma de Lisboa. O curso que decorrerá entre outubro de 2018 e janeiro de 2019, num total de 115 horas, tem por objetivo “dotar os profissionais de conhecimentos sólidos dos diferentes e complexos quadros normativos que regulam as várias vias de imigração (trabalhadores, empresários, trabalhadores sazonais, trabalhadores altamente qualificados, investidores, estudantes, investigadores, reagrupamento familiar, agentes culturais, transferência de trabalhadores dentro de grupos de empresas, regimes especiais e excecionais para determinadas categorias), o asilo e a proteção internacional, bem como os diferentes estatutos jurídicos, possibilitando-lhes uma atuação mais consistente e rigorosa neste domínio”. Os interessados deverão consultar [aqui](#) os respetivos requisitos de candidatura e demais informações sobre o curso, podendo solicitar mais informações através [deste endereço](#).



Candidaturas: “Mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL”

O Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) tem aberto até ao dia 16 de Julho de 2018 a segunda fase de candidaturas ao Mestrado em Estudos Africanos, seguindo-se uma terceira fase, a decorrer entre 23 de julho e 17 de setembro de 2018. O Mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL “estruturado de modo a que os alunos adquiram uma visão compreensiva e interdisciplinar sobre as principais problemáticas e dinâmicas políticas, sociais, culturais e económicas de diversos contextos africanos e da diáspora”, integrando, além da especialização científica nesta área de estudos, um forte pendor formativo no âmbito de competências profissionais, tem a partir do ano letivo 2018-2019 um [novo plano de estudos](#). Neste novo ano letivo, “o curso de 120 créditos ECTS tem uma nova estrutura. Divide-se em duas áreas temáticas – “Globalização e Política Internacional” e “Desafios e Programas de Desenvolvimento” –, com um tronco comum de 8 Unidades Curriculares (UC) e com a possibilidade de os estudantes escolherem UC optativas dentro da oferta existente em cursos do ISCTE-IUL. Há também UC optativas novas e criadas no âmbito deste processo de renovação. Uma é Diásporas Africanas, Migrações e Direitos. Outra é um Estágio em Estudos Africanos, a ser realizado em instituições de diferentes tipologias através da celebração de acordos”. Toda a informação sobre o novo plano de estudos pode ser consultada [aqui](#). As candidaturas a este Mestrado podem ser feitas através [deste endereço](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Inscrições: “International Metropolis Conference 2018”

Encontram-se abertas até ao dia 25 de julho de 2018, as inscrições (*early bird rate*) para a edição 2018 da *Internacional Metropolis Conference*, a ter lugar em Sydney, na Austrália, de 29 de outubro a 2 de novembro de 2018. A conferência, que pretende constituir uma plataforma de diálogo e de debate em torno das políticas, das práticas e da investigação na área das migrações, é nesta edição organizada pela *Settlement Services International (SSI)*, em parceria com a *Australian Multicultural Foundation (AMF)* e a *Multicultural NSW (MNSW)*, tendo como tema central “Global Migration in Turbulent Times”, e como subtemas, os seguintes:

- Enterprise, Innovation and Employment – catalysts for social change?
- Migration and Mobility – the dynamic shifts in the Asia-Pacific region
- Displacement and asylum – new dimensions driving an old phenomenon
- Visible and powerful – migrant voices in a connected world
- Conflicting agendas? National, local, regional and global responses to the governance of migration
- Religious diversity – a bridge or a barrier to belonging?
- Migration and inequality – complex challenges under the microscope
- Australia a multicultural paradise – myths and realities

Os interessados em participar no encontro deverão inscrever-se [aqui](#). Mais informações disponíveis no [site da conferência](#)



Chamada para comunicações: 7ª Conferência Bianual da Rede Afroeuropeans: “In/Visibilidades Negras Contestadas”

No âmbito da 7ª Conferência Bianual da Rede Afroeuropeans: “In/Visibilidades Negras Contestadas”, a ter lugar de 4 a 6 de julho de 2019, no ISCTE-IUL, encontra-se aberto até ao dia 15 de agosto de 2018, o período para apresentação de painéis. A Comissão Organizadora da conferência procura contribuições em forma de painel que abordem uma ou mais das seguintes temáticas:

- A Europa Negra e suas Intersecções:
- Afroeuropeus nas Artes e na Mediasfera:
- Ativismos, Resistências e Políticas Públicas na Europa do Capitalismo Tardio:
- Cidades Negras. Espaço Público, Racismo, Culturas Urbanas e Segregação:



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- Descolonizando o Conhecimento sobre a Europa Negra, a Diáspora Africana e a África:
- Teorizando a Negritude e a Europa Racial:

A chamada para comunicações decorrerá de 1 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019. O formulário de inscrição encontra-se disponível aqui, podendo ser obtidas mais informações através [deste endereço](#). Mais informações sobre a conferência disponíveis [aqui](#)